

AO MUNICÍPIO DE BARRA DO RIO AZUL/RS

PROCESSO Nº 022/2023 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2023

ALFA MED SISTEMAS MÉDICOS LTDA., ora Recorrente, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 11.405.384/0001-49, com sede à Rua Hum, 55 – Distrito Industrial Genesco Aparecido Oliveira, em Lagoa Santa / MG, vem, respeitosamente à presença de V.Sa., com fulcro no art. 29 da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, e inciso XVII, art. 4º da Lei 10.520/02, e pelo item 12 e seguintes do edital, apresentar **RAZÕES DE RECURSO ADMINISTRATIVO**, face ao ato que declarou a **LONDRIHOSP PRODUTOS HOSPITALARES**, ora Recorrida, vencedora do item 1 do certame, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos:

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO:

A Lei 10.520/02 dispõe que qualquer licitante poderá apresentar suas razões de recurso no prazo de 03 (três) dias. na seguinte forma:

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

Não suficiente, o instrumento convocatório assim dispõe:

12.6. Será concedido o prazo de 03 (três) dias para que sejam apresentadas as razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Neste esteio, e em estrita observância ao instrumento convocatório, e a todo o bojo normativo que rege o presente certame, tem-se que as presentes razões são tempestivas, devendo ser recebidas, conhecidas e ao final, a elas dado o devido provimento.

II – DA SINOPSE DO PREGÃO:

A Recorrente é uma empresa especializada e atuante no mercado médico-hospitalar, fabricando aparelhos eletromédicos, eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação, fornecendo-os em todo o território nacional.

Assim, interessou-se em participar da disputa referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2023, cujo objeto é Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Unidade Básica de Saúde do Município, com alocação de recursos federais, através do Fundo Nacional da Saúde (FNS), PROPOSTA Nº 12123.735000/1210-01, na condição de Órgão Participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados no edital.

Frise-se que a Recorrente participou da disputa referente ao item nº 1, cujo objeto é o monitor de sinais vitais.

Pois bem, a sessão pública foi aberta na data e horário previstos no edital e, após a disputa de lances, e o devido deslinde do certame, a Recorrida se sagrou vencedora do item supramencionado.

Todavia, e diante do melhor preço apresentado, após a análise da proposta da a Recorrida, a Recorrente manifestou sua intenção de recorrer, haja vista que o equipamento ofertado por aquela, está em desacordo com as exigências técnicas necessárias, conforme será demonstrado adiante.

III. DAS RAZÕES RECURSAIS:

III.1 – DO ITEM 1 – DO MONITOR DE SINAIS VITAIS - DO DESATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS DO EDITAL PELO EQUIPAMENTO OFERTADO PELA VENCEDORA:

Nobre Pregoeira, ao analisar detidamente as especificações técnicas exigidas no instrumento convocatório, em cotejo com as características do equipamento ofertado pela Recorrida, qual seja, o C12, da fabricante PROLIFE, é possível verificar que ele não atende as exigências técnicas editalícias.

Isso porque o edital é claro ao exigir que o bem ofertado deve possuir interfaces de pontuação de aviso, interface OTG e medição de temperatura através de sensor axilar, vejamos:

Item	Descrição
1	Monitor Sinais Vitais: Monitor de Sinais Vitais; Tela TF LCD 8" 800X600; Exibição em tela de: Informações do Paciente, Alarmes fisiológicos e técnicos, dados numéricos de parâmetros, curvas, Dados de armazenamento e interfaces externas, Data e hora, Status do uso da bateria, e rede;- Indicadores: alarmes, rede elétrica, status da bateria, e Bip de QRS;- Interfaces de pontuação de aviso (Protocolos): MEWS / EWS / NEWS;- Alarmes audiovisuais ajustáveis com três níveis de prioridade/gravidade com limites máximo e mínimo para todos parâmetros;- Alarmes funcionais para sensores e cabos soltos ou mal conectados, bateria, rede, etc;- Sistema de auto teste e software em português;- Alimentação: Bivolt automático e IPX 01;- Interfaces: USB, OTG, RJ-45; Manual do Usuário em Português. Parâmetros mínimos: SPO2, PNI e temperatura com sensor axilar. Acessórios que deverão

Rua das Rosas, 268 - Centro - 99795-000 - Barra do Rio Azul/RS
Fones: (54) 3613-1071 / 3613-1166 / 3613-1167 / 3613-1168 - www.barradorioazul.rs

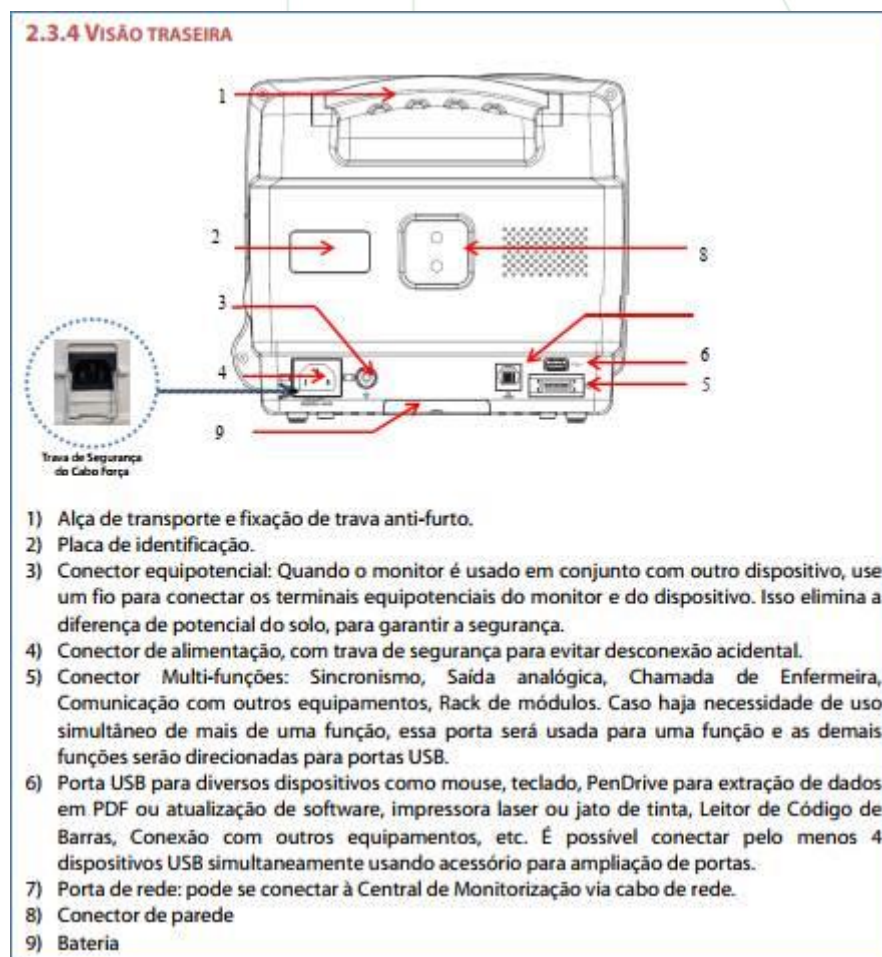


acompanhar o equipamento: 01 Manguito Adulto Normal; 01 Manguito Infantil; 01 Manguito Obeso; 01 Sensor de Temperatura Axilar; 01 Caixa de capa protetora do sensor axilar de temperatura; 01 Bateria de Lítio; 01 Cabo de energia; Apresentar o RMS (ANVISA) e a AFE do fabricante e licitante. Garantia: mínima de 12 meses

Porém ao analisar o manual do usuário do equipamento, é possível verificar que o mesmo não atende as exigências. No manual do usuário do modelo C12,

disponível na ANVISA¹, não há nenhuma menção referente a interfaces de pontuação (aviso), portanto fica claro o não atendimento a solicitação.

Ainda, ao analisar a página 17 do manual do C12, é possível verificar que ele não apresenta interface OTG conforme solicitado no edital, vejamos:



Página 17 – Manual C12

E por último, é solicitada que a medição de temperatura seja realizada através de sensor axilar, porém ao analisar a página 215 do referido manual, é possível

¹ https://consultas.anvisa.gov.br/api/consulta/produtos/25351577646201940/anexo/T14319473/nomeArquivo/Manual%20do%20Usu%C3%A1rio_C8,%20C12,%20C100,%20C120,%20C150_Rev02_MAR2021.pdf?Authorization=Guest

verificar que o equipamento não possui sensor de temperatura axilar, vejamos:

TEMP	PLFACSNS0142A	Sensor de Temperatura reutilizável de pele, Adulto (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0143A	Sensor de Temperatura reutilizável de pele, neonatal (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E/100N - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0144A	Sensor de Temperatura reutilizável retal/esofágico (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0145A	Sensor de Temperatura reutilizável retal/esofágico, neonatal (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E/100T - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0147A	Sensor de Temperatura reutilizável de pele, Adulto (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0148A	Sensor de Temperatura reutilizável de pele, pediátrico/neonatal (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E/100N - CM8/10/12/120+)
TEMP	PLFACSNS0149A	Sensor de Temperatura reutilizável retal/esofágico, pediátrico/neonatal (C8/12/100/120/150 - M190/170/120/100E/100T - CM8/10/12/120+)

Página 215 – Manual C12

Resta mais do que claro que o equipamento apresnetado pela recorrida não atende ao instrumento convocatorio, devendo ser desclassificado.

Ao analisar a proposta da 2ª colocada, a empresa CIRURGICA SÃO FELIPE, também é possível verificar o não atendimento.

A 2ª colocada cotou o equipamento PC900 da fabricante Lepu, porém ao analisar o manual presente na ANVISA², pode ser constatado o não atendimento.

O descritivo do item 1 no instrmnto convocatorio é claro ao solicitar que ele tenha tela de no mínimo 8”, interfaces de pontuação (aviso), proteção IPX1, vejamos:

² https://consultas.anvisa.gov.br/api/consulta/produtos/25351408474202261/anexo/T18298200/nomeArquivo/Manual_PC-900.pdf?Authorization=Guest

Item	Descrição	Quantidade
1	Monitor Sinais Vitais: Monitor de Sinais Vitais; Tela TF LCD 8" 800X600; Exibição em tela de: Informações do Paciente, Alarmes fisiológicos e técnicos, dados numéricos de parâmetros, curvas, Dados de armazenamento e interfaces externas, Data e hora, Status do uso da bateria, e rede;- Indicadores: alarmes, rede elétrica, status da bateria, e Bip de QRS;- Interfaces de pontuação de aviso (Protocolos): MEWS / EWS / NEWS;- Alarmes audiovisuais ajustáveis com três níveis de prioridade/gravidade com limites máximo e mínimo para todos parâmetros;- Alarmes funcionais para sensores e cabos soltos ou mal conectados, bateria, rede, etc;- Sistema de auto teste e software em português;- Alimentação: Bivolt automático e IPX 01;- Interfaces: USB, OTG, RJ-45; Manual do Usuário em Português. Parâmetros mínimos: SPO2, PNI e temperatura com sensor axilar. Acessórios que deverão	1

Rua das Rosas, 268 - Centro - 99795-000 - Barra do Rio Azul/RS
Fones: (54) 3613-1071 / 3613-1166 / 3613-1167 / 3613-1168 - www.barradorioazul.rs.gov.br



acompanhar o equipamento: 01 Manguito Adulto Normal; 01 Manguito Infantil; 01 Manguito Obeso; 01 Sensor de Temperatura Axilar; 01 Caixa de capa protetora do sensor axilar de temperatura; 01 Bateria de Lítio; 01 Cabo de energia; Apresentar o RMS (ANVISA) e a AFE do fabricante e licitante. Garantia: mínima de 12 meses	
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Após análise do manual do equipamento ofertado pela 2ª colocada, verifica-se que não há informações referente ao tamanho de tela. Porém ao acessar o site da fabricante <https://pt.lepumedical.com/products/pc-900pro-vital-signs-monitor/>, evidencia-se que o equipemnto ofertado possui tela de 7" e não 8" conforme solicitado:

Lepu Medical PC-900pro Manu X		
https://pt.lepumedical.com/products/pc-900pro-vital-signs-monitor/		
LEPU MEDICAL		
ECG	HR alarm delay time	≤10s
	Sensitivity selection	×1/4, ×1/2, ×1, ×2
	Sweeping speed	25mm/s
	ECG noise level	≤30μVp-p
	ECG input loop current	≤0.1μA
	Differential input impedance	≥10MΩ
	Common-mode rejection ratio	≥105dB
TEMP	Measuring range	21.0°C ~50.0°C
	Measuring accuracy	±0.2°C for range 25°C ~45°C
Others	Power supply	100~240Vac, 50/60Hz
	Built-in battery	11.1V/4400mAh Li-ion battery
	Display	7-inch touch screen

Portanto, fica claro o não atendimento ao instrumento convocatorio.

Ainda é solicitada interface de pontuação (aviso) e ao analisar a página 9 do manual, fica claro que o equipamento não apresenta tal recurso:

1.1 Recursos

O monitor de sinais vitais pode ser usado para monitorar os parâmetros fisiológicos do paciente, incluindo ECG, ritmo cardíaco (HR), tensão arterial não invasiva (NIBP), saturação do oxigênio (SpO₂), frequência cardíaca (PR) e temperatura. Possui os seguintes recursos:

- ✦ Todos os parâmetros são exibidos em uma monitor LCD grande, brilhante e colorido;
- ✦ Operação sensível ao toque e por teclas estão disponíveis;
- ✦ Medição precisa de NIBP com hardware e software de proteção contra excesso de pressão, a função hemostática também está disponível com braçadeiras;
- ✦ A técnica de oximetria única garante medição sensível e precisa de SpO₂ e frequência cardíaca, função de tom de passo também está disponível;
- ✦ Até 12000 grupos de medições de BP podem ser armazenados na memória não volátil e avaliados por lista;
- ✦ Até 2000 grupos de SpO₂, 30 horas de formas de onda de ECG e 2000 eventos podem ser armazenados;
- ✦ Os registros de dados históricos podem ser avaliados em forma de onda, lista ou gráfico de tendência;
- ✦ Todos os dados armazenados podem ser enviados para o computador;
- ✦ Função de alarme visível e audível de diferentes níveis e saída de chamada da enfermeira estão disponíveis;
- ✦ Função de rede para conectar com o Sistema de Monitoramento Central;
- ✦ A impressora integrada é opcional para imprimir formas de onda e informações textuais.

Nota: O monitor que você comprou pode não cobrir todas as funções mencionadas de acordo com sua configuração.

Como se não bastasse, ainda na página 57 verifica-se que não há a informação referente a proteção solicitada no edital, vejamos:

6.8 Classificação

Norma de segurança	IEC 60601-1
Tipo de proteção contra choque elétrico	Equipamento de Classe I
Grau de proteção contra choque elétrico	Tipo de peças BF, CF aplicadas
Compatibilidade eletromagnética	Grupo I, Classe A

LOGO, VERIFICASSE QUE O EQUIPAMENTO OFERTADO PELA 2ª COLOCADA, QUAL SEJA A CIRURGICA SÃO FELIPE, TAMBEM NÃO ATENDE AO INSTRUMENTO CONVOCATORIO, DEVENDO SER DESCLASSIFICADO.

Isto posto, cumpre mencionar que quando da apresentação das propostas, os licitantes deverão informar todas as características técnicas do bem ofertado, em consonância ao que fora exigido.

Nesse sentido dispõe o edital:

6.2. A Proposta de Preços deverá conter no mínimo a mesma descrição dos itens descritos no Termo de Referência, não

podendo a proponente modificar, suprimir ou acrescentar a descrição contida no edital, sob pena de desclassificação.

Logo, à Recorrida era imputada a apresentação da proposta, contendo o descritivo técnico, completo, do equipamento ofertado.

Certo é que neste caso, não se trata de um excesso de formalismo, já que a legislação e o próprio edital dispõem a obrigatoriedade de preenchimento das propostas e/ou documentos nesses moldes, bem como atendimento integral às exigências técnicas nele dispostas.

Dessa forma, observada a desconformidade entre a proposta da Recorrida, com os requisitos estabelecidos no edital, deve haver, necessariamente, a desclassificação da proposta daquela.

Destaca-se ainda que essa situação causa notório desatendimento ao interesse público que teria motivado a licitação, bem como violação os princípios norteadores do certame, previstos no art. 37 da Constituição Federal, bem como da própria Legislação Federal Nº 8.666/93 que rege os procedimentos licitatórios, em especial o princípio legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, o qual possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, *verbis*:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, **da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.**

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, **ao qual se acha estritamente vinculada.**

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a **vinculação ao edital de licitação** ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, ao convite e à proposta do licitante

vencedor; [grifos acrescentados]

Trata-se, na verdade, de princípio inerente a toda licitação e que evita não só futuros descumprimentos das normas do edital, mas também o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o do julgamento objetivo, da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Nesse sentido, vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro, in PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administrativo. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 299.:

“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Quando a Administração estabelece, no edital ou na carta-convite, as condições para participar da licitação e as cláusulas essenciais do futuro contrato, os interessados apresentarão suas propostas com base nesses elementos; ora, se for aceita proposta ou celebrado contrato com desrespeito às condições previamente estabelecidas, burlados estarão os princípios da licitação, em especial o da igualdade entre os licitantes, pois aquele que se prendeu aos termos do edital poderá ser prejudicado pela melhor proposta apresentada por outro licitante que os desrespeitou.

Também estariam descumpridos os princípios da publicidade, da livre competição e do julgamento objetivo com base em critérios fixados no edital.

No mesmo sentido é a lição de José dos Santos Carvalho Filho, in CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013, p. 236.:

A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial.

O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa.

Se o instrumento de convocação, normalmente o edital tiver falha, pode ser corrigido, desde que oportunamente, mas os licitantes deverão ter conhecimento da alteração e a possibilidade de se amoldarem a ela.

Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto.”

Certo é que à Administração Pública também é vedada a oferta de vantagens, devendo se ater estritamente às regras de seleção aos critérios fixados no Edital do certame.

Na remota possibilidade de as presentes razões recursais serem indeferidas e o equipamento ofertado pela Recorrida ser aceito, com a consequente aquisição, o que se admite apenas por argumentar, necessário chamar atenção desta Administração Pública para contratação temerária com grandes chances de frustração das necessidades do ente licitante, em decorrência da aquisição de um bem com características técnicas diversas do que fora pretendido no edital.

Não suficiente, é imperioso trazer à baila que a igualdade na licitação significa que todos os interessados em contratar com a Administração Pública devem competir em igualdade de condições, sem que a nenhum se ofereça vantagem não extensiva a outro.

Ademais, cumpre mencionar que a isonomia deve ser pilar de todo o procedimento, tanto durante o ato convocatório, que é aberto a todos, dentre os quais serão selecionados os que se enquadram nas características necessárias, exceto aqueles que por ato anterior estejam impossibilitados de participar, e na fase seguinte do processo, sendo que o julgamento das propostas deve ser feito baseado nos critérios objetivos delimitados no ato convocatório, sem qualquer influência subjetiva, ou preferência dos julgadores também nessa fase.

Logo, se a Recorrida não atendeu ao edital, não há falar em classificar sua proposta.

Forte em tais razões, nota-se o desatendimento do equipamento ofertado pela Recorrida em relação às exigências do edital, e toda a violação de princípios decorrentes do ato administrativo que a declarou vencedora, devendo sua proposta ser desclassificada da disputa.

IV – DOS PEDIDOS:

Face ao exposto, vem, respeitosamente perante V. Sa., para melhor atender ao interesse público, em respeito ao princípio da isonomia, eficiência, vantajosidade, legalidade, julgamento objetivo e vinculação ao instrumento convocatório, requerer que seja anulado o ato administrativo que declarou a Recorrida vencedora, LONDRIHOSP PRODUTOS HOSPITALARES, do item 01 do certame, e, consequentemente, por arrastamento, todos os atos posteriores a este. E que desclassifique a empresa CIRURGICA SÃO FELIPE (2ª colocada) por apresentar equipamentos que não atendem ao instrumento convocatório.

Outrossim, restando entendimento diverso, requer a remessa imediata dos autos à Autoridade Superior, para apreciação deste pleito.

R. Deferimento.

Lagoa Santa, 24 de fevereiro de 2023.

ALFAMED SISTEMAS MEDICOS LTDA.

Representante legal

